

Josiara Gurgel Tavares
Silvio Duarte Domingos

IX ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

11, 12 e 13 de julho de 2025

GT 01: IMAGINANDO SOCIOLOGIAS ANTIRRACISTAS: BRANQUITUDE E
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO BÁSICO

**RACISMO SOB O ENFOQUE DA BRANQUITUDE:
PENSANDO O CONTEXTO ESCOLAR**

São Paulo – SP
2025

RACISMO SOB O ENFOQUE DA BRANQUITUDE: PENSANDO O CONTEXTO ESCOLAR

Josiara Gurgel Tavares ¹
Silvio Duarte Domingos ²

RESUMO

O processo de colonização brasileira pelos europeus e, posteriormente, o conceito de raça forjado pela pseudociência do século XIX, construíram uma ideia fictícia de superioridade branca e, apesar dos progressos na área das ciências biológicas terem concluído que as diferenças genéticas são insuficientes para a classificação em raças (Munanga, 2000), a concepção de raça continua existindo do ponto de vista social e a partir dela se reproduz o racismo. Os efeitos dessa superioridade fictícia são expressos no conceito de “branquitude” discutido por Cida Bento (2014; 2022;), enquanto lugar de vantagem social do branco que se mantém nas instituições públicas e privadas através de um pacto de autopreservação. Dessa forma, este trabalho buscou, a partir de uma pesquisa teórica, apresentar reflexões acerca das relações entre o racismo e os critérios da branquitude em instituições e, assim, pensar os contextos escolares. Como metodologia, recorreremos a pesquisa bibliográfica, fundamentada, principalmente, em produções de Cida Bento (2014; 2022), Lia Schucman (2012; 2024) e Kabengele Munanga (1999; 2000; 2005). Os resultados sugerem a existência de uma relação, nem sempre explícita, entre o mito da democracia racial, a ideologia do branqueamento e a branquitude que segue se renovando em instituições e em contextos escolares brasileiros.

Palavras-chave: Raça; Racismo; Branquitude; Brancos; Contexto Escolar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa teórica que buscou apresentar reflexões acerca das relações entre branquitude e racismo, a partir de ideologias que

¹ Gênero feminino, branca, professora de sociologia da educação básica, vinculada à Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC. Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – PPGE/UNESA, mestre em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN. Residente em Fortaleza – CE. Email: josi_iaara@hotmail.com

² Gênero masculino, pardo, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – PPGE/UNESA. Pós-Doutor em Políticas Públicas em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (PPGE/UNESA). Residente em Colíder/MT. Email: silvio.duarte@gmail.com

fundamentam o racismo em instituições brasileiras e assim pensar os contextos escolares.

Uma pesquisa recentemente realizada no Brasil pelo Observatório Fundação Itaú, indicou que 54% dos professores reconhecem a existência de situações de racismo entre os estudantes. Entre os docentes negros, esse dado é de 56%, enquanto entre brancos esse dado é de 48%. A pesquisa também revelou que 20,9% dos docentes brancos informaram não saber o que fazer em casos de racismo em sala de aula, já entre os professores negros o dado registrado é de 9,3% (Fundação Itaú, 2024). Esses dados sugerem uma incompreensão acerca do racismo, assim como a existência de uma discrepância da percepção do racismo entre os docentes brancos e negros que sublinha a relevância de estudos sobre esse fenômeno na escola a partir do marcador “raça”.

O conceito de raça foi forjado pela pseudociência do fim do século XIX e, a partir dele se construiu uma ideia fictícia de superioridade branca que tem efeitos no cotidiano da sociedade brasileira como um todo (Schucman, 2024). Essa ideia de superioridade racial, constituinte do projeto moderno-ocidental, se alargou para além da Europa, atingindo espaços coloniais de dominação e, apesar do tempo, ainda se mantém no pensamento coletivo. Os efeitos dessa superioridade fictícia são expressos no conceito de “branquitude” discutido por Cida Bento (2022), enquanto lugar de vantagem social do branco que se mantém em instituições da sociedade civil através de um pacto de autopreservação - como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”, o “branco”.

Estudiosos da branquitude como Bento (2022) e Schucman (2012; 2024), defendem que o desafio da luta contra o racismo exige que o combate a essa forma de opressão deixe de ser entendido como um problema apenas do movimento negro, que se torne um projeto de toda sociedade e que os caminhos para desarticular essa estrutura estão na compreensão dos mecanismos que estabelecem privilégios e hierarquias raciais na sociedade. Assim discutir branquitude e o lugar das pessoas brancas na produção e reprodução do racismo é condição fundamental para o seu enfrentamento (Ibirapitanga; Schucman, 2023). Nesse sentido, buscamos a partir da literatura pensar as relações entre os critérios da branquitude e as ideologias que fundamentam o racismo no Brasil, como o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento em instituições e, assim, pensar os contextos escolares.

A metodologia que resultou este trabalho é de natureza explicativa e baseou-se em pesquisa bibliográfica fundamentada, principalmente, em estudos de Cida Bento (2014; 2022), Lia Schucman (2012; 2024) e Kabengele Munanga (1999; 2000; 2005). Os resultados sugerem a existência de uma relação, nem sempre explícita, entre o mito da democracia racial, a ideologia do branqueamento e a branquitude que seguem se renovando em instituições, incluindo instituições escolares brasileiras.

A relevância em pesquisar o racismo sob o enfoque da branquitude está em evidenciar acordos não verbalizados presentes em instituições e contextos escolares, que acabam por atender a interesses grupais e a reproduzir desigualdades, sendo essa, condição importante para enfrentar o racismo.

RACISMO SOB ENFOQUE DA BRANQUITUDE

Raça e Racismo como constructos sociais

A expansão econômica mercantilista europeia e a colonização da América no século XVI contribuíram para a construção de um projeto de dominação moderno-ocidental que forjou um ideário que, mais tarde, transformaria o europeu em um cânone, um “ser universal”. Culturas e povos não-europeus eram vistos como uma espécie de “variações menos evoluídas” do modelo eurocêntrico (Munanga, 2000). Esse ideário foi formulado a partir da instituição da noção de raça ligado ao ato de se estabelecer classificações entre seres humanos, como afirma Munanga (2000):

O conceito de raça foi primeiramente usado na zoologia e na botânica para classificar espécies [...] Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passou efetivamente a atuar nas relações das classes sociais da França da época, pois era utilizado pela nobreza local que se identificava com os francos de origem germânica em oposição aos gauleses, população local identificada com a plebe (Munanga, 2000, p. 17).

Desse modo, o conceito de raça foi transportado da botânica e da zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais, porém ainda sem considerar diferenças morfológicas entre os indivíduos.

Com as descobertas do século XV, explica Munanga (2000), os europeus empreenderam em colocar sob dúvida o conceito de humanidade. Lançaram mão do conceito de raça, já existente nas ciências naturais, para nomear os “outros” (o

indígena, o negro, o amarelo). Assim, no século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental para classificar as chamadas raças. No século XIX, acrescentaram-se ao critério da cor outros critérios morfológicos, como: a forma do nariz, dos lábios, do queixo. Portanto, os próprios europeus se deram o direito de hierarquizar pessoas, afirmando a raça branca como superior às demais, como escreve Munanga (2000):

os indivíduos da raça “branca” foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como cor da pele clara, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo etc. que segundo pensavam, os tornavam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar outras raças, principalmente a negra, a mais escura de todas, considerada por isso, como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto, a mais sujeita a escravidão e a todas as formas de dominação (Munanga, 2000, p. 21-22).

A partir dos anos 70, graças aos “progressos realizados nas ciências biológicas (genética humana, bioquímica, biologia molecular), a concepção de raça, a partir de uma vertente biológica, passou a ser desacreditada” (Munanga, 2000, p. 26). Trata-se, nesse sentido, de um conceito socialmente criado, a partir de uma relação de poder e dominação de um povo sobre outros, isto é, de “uma noção ideológica, engendrada como critério social para distribuição de posição na estrutura de classes” (Souza, 2021, p. 48). E é “a partir dessas ‘raças fictícias’ que se reproduzem e se mantêm os racismos” (Munanga, 2000, p. 22). Assim, racismo é definido por Munanga (2000) como

uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais (Munanga, 2000, p.23).

Neste sentido, o racismo surge como uma forma de discriminação pautada na crença da existência de raças naturalmente hierarquizadas, uma tendência em considerar as características intelectuais e morais de um grupo a partir de suas características físicas. Souza (2021) também contribui com o debate ao afirmar que a “sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como

raça, demarcou seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (Souza, 2021, p. 48).

Além da relação entre raça e racismo como constructos sociais, consideramos que para entender esse fenômeno no Brasil é importante identificar ideologias que fundamentam suas peculiaridades, como a democracia racial propagada por Gilberto Freyre, em meados do século XX e a tese do branqueamento racial do final do século XIX.

Ideologias que fundamentam as peculiaridades do racismo no Brasil

No Brasil do século XIX, mais precisamente a partir da proclamação da República, conforme nos lembra Munanga (1999), a elite dominante procurava um caminho para definir uma identidade nacional. O país já tinha alguns requisitos como território e idioma, mas faltava-lhe uma identidade populacional que exigia uma resolução da questão racial. Era difícil encontrar uma forma de incluir a população de ex-escravizados na constituição da nacionalidade e da identidade brasileira uma vez que as conclusões acerca da inferioridade racial do povo negro ainda marcavam a época (Munanga, 1999). Havia uma condenação à miscigenação, pois acreditava-se que ocasionaria a perda da pureza do sangue da raça branca e, por consequência, comprometeria o caráter civilizatório brasileiro. Assim, de início, os estudiosos viram na mistura de raças um veneno para os destinos da nação.

Entretanto, para atender as necessidades políticas do país naquele momento em que o negro deixava de ser base estruturante da sociedade escravocrata e passava a estar relacionado a nova ordem capitalista, precisava-se dar um sentido positivo à miscigenação (Pinto; Ferreira, 2014), favorecendo toda uma dinâmica para a produção do discurso da democracia racial no país.

Nos anos 1930, surge a ideia de democracia racial, concebida por Gilberto Freyre e propagada por estudiosos brasileiros pertencentes à elite econômica. Segundo a qual, no Brasil havia “um estado de plena igualdade entre as pessoas na sociedade” (Pinheiro, 2023, p. 50).

Além dessa ideia, havia a tese do “Branqueamento da População” enquanto ideologia defendida pela elite brasileira no final do século XIX, contribuiria para promover o desenvolvimento do país. Fundamentada na concepção de que a nação

brasileira “embranqueceria” com o passar do tempo e que a partir do investimento no processo de imigração o Brasil passaria a se constituir ao longo dos anos por uma maioria de brancos com ancestralidade europeia, favorecendo o distanciamento das matrizes africanas (Pinto; Ferreira, 2014). Essa tese baseia-se na compreensão de raça enquanto classificatória dos grupos sociais, sendo o branco o grupo que carregaria a superioridade racial.

A importância em destacar essas ideologias está em identificar suas relações com os sistemas de opressão operados no Brasil, entre eles, o racismo. Para Munanga (2005) um dos efeitos do mito da democracia racial encontra-se a dificuldade do brasileiro em assumir seu preconceito e seu racismo, e afirma:

A primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade, a despeito das diferenças com outras sociedades ideologicamente apontadas como as mais racistas (por exemplo, Estados Unidos e África do Sul), é também racista. Ou seja, despojarmo-nos do medo de sermos preconceituosos e racistas. (Munanga, 2005, p. 18)

O autor destaca que um dos primeiros desafios do combate ao racismo é provocar em cada indivíduo, um olhar-se na busca de enxergar onde cada um esconde o seu racismo, afinal “é impossível não ser racista tendo sido criado em uma sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre” (Ribeiro, 2019, p. 37).

Branquitude, mito da democracia racial e branqueamento em contexto escolar

Além das ideologias que fundamentam o racismo no Brasil, recorreremos ao conceito de branquitude entendido como uma “construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos” (Schucman, 2012, p. 23), na busca de identificar seus significados e relações em contextos escolares.

Conforme Cordeiro; Portela Júnior; Boas (2024), apesar do conceito ‘branquitude’ apresentar-se como emergente na atualidade, sua origem se ancora no pensamento de autores como William Edward Burghardt Du Bois, século XIX, nos Estados Unidos e Guerreiro Ramos, século XX, no Brasil. Ambos intelectuais negros

que, sob distintas perspectivas, criticaram a forma como eram empreendidos os estudos raciais nos Estados Unidos e no Brasil ao privilegiar o “negro-tema”, ou apenas o negro como sujeito a ser estudado nas relações étnico-raciais. Ambos foram discriminados, enquanto intelectuais relegados a um plano inferior, em comparação com outros autores brancos do mesmo período. Controversamente, hoje, há um resgate de suas obras.

Estudiosa do tema branquitude, a brasileira Bento (2014; 2022) também chama atenção para o silêncio ou a omissão em torno do lugar que o branco e ocupou e ocupa nas relações raciais no Brasil e o fato desse grupo não se reconhecer como parte essencial da permanência das desigualdades: “Há desigualdades raciais? Há. Há uma carência negra? Há! Isso tem a ver com o branco? Não! É porque o negro foi escravo, ou seja, é um legado inerente a um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes” (Bento, 2014, p. 27). Ou seja, “fala-se muito da herança da escravidão e nos impactos negativos para populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas” (Bento, 2022, p. 23), como afetou as estruturas materiais concretas ou simbólicas e a forma de ser, pensar, existir e se comportar do branco. Bento (2022) afirma que a perpetuação da branquitude se deve a um pacto não verbalizado entre brancos – pacto narcísico da branquitude. Esse pacto está presente em organizações, em instituições públicas e particulares, muitas vezes cercado de silêncio.

Quando trabalhava em uma empresa como recrutadora de pessoal, Bento (2022) vivenciou diferentes situações em que a preferência por brancos ficava evidente. Cita como exemplo um processo seletivo para a vaga de secretária em um banco, em que enviou duas mulheres negras para a entrevista inicial. O contratante, não sabendo que falava ao telefone com uma pessoa negra retorna com uma pergunta: “não te disseram que neste banco não se contratam negras como secretária?” (Bento, 2022, p. 10). Secretárias são espécies de cartões de apresentação das empresas e o banco não queria que essa apresentação fosse realizada por mulheres negras, e sim, brancas.

Diangelo; Bento; Amparo (2023) apresentam outros dois fatos representativos do pacto narcísico da branquitude ocorridos no Brasil: uma jovem mulher, alta liderança de um banco, falando que a ampliação da presença negra poderia representar um nivelamento por baixo do banco; e um diretor de um dos maiores colégios de São Paulo declarar que as cotas estão destruindo as universidades pela

ampliação da presença de pessoas negras. O que esses relatos expressam é que a excelência das instituições está associada a presença de pessoas brancas. Assim, através da preferência por iguais as empresas vão assegurando a presença contínua de brancos e reproduzindo o racismo institucional enquanto “ações em nível organizacional que independentemente da intenção de discriminar acabam tendo impacto diferencial e negativo em membros de um determinado grupo” (Bento, 2022, p.77).

Inspirados na categoria Branquitude e nos pactos que a mantém, conforme apresentados nos relatos, buscamos, a partir da literatura, pensar como ela se manifesta nos contextos escolares a partir das relações entre duas ideologias que fundamentam o racismo no Brasil: o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento.

Apesar de ter sido pensado nos anos 1930, esse mito ainda se manifesta perversamente no país, manifestando-se através da ideologia da meritocracia que desconsidera pontos de partida extremamente diferentes em um país que sustentou por mais de trezentos anos um sistema escravista e que hoje amarga uma imensa desigualdade racial e social, ou seja, fundamenta-se em um conjunto de habilidades intrínsecas de uma pessoa construídas a partir do esforço individual, não estabelecendo nenhuma relação de suas habilidades com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto no qual está inserida (Bento, 2022). Portanto, em um país de intensa desigualdade, meritocracia se apresenta como uma falácia para justificar privilégios.

Relacionando a ideologia da meritocracia aos critérios da branquitude, Bento (2014) nos lembra que a ‘competência’ exigida nas instituições está, muitas vezes, ligada ao domínio de um código cultural não acessado por grupos que carregam uma herança de discriminação e exclusão. No caso da escola, manifesta-se também através do eurocentrismo ainda presente nos currículos e práticas pedagógicas, reproduzindo desigualdades, explícitas nos maiores índices de exclusão e abandono escolar de estudantes negros, comparando aos estudantes brancos (Gonzalez, 2020).

Um outro efeito desse mito encontra-se nas peculiaridades do racismo no Brasil: o silêncio, o não dito, que encontram suporte nos mecanismos subliminares da “cordialidade” defendido pela democracia racial, na dificuldade do brasileiro em assumir seu preconceito racial (Munanga, 2005), enxergar desigualdades raciais e denunciar racismos.

Considerando o contexto escolar, o problema se agrava quando essas marcas do racismo não são identificadas pelos docentes, conforme dados da pesquisa já apresentada nesse estudo que indica uma discrepância na percepção do racismo por professores negros e brancos no Brasil apontando que os docentes brancos não possuem a mesma sensibilidade para as questões raciais e para enxergar as violências presentes nas narrativas que construíram o nosso país e se reproduzem no cotidiano das instituições escolares, pois “muitas vezes pessoas brancas não pensam sobre o que é racismo, vivem suas vidas sem que sua cor as faça refletir sobre essa condição” (Ribeiro, 2019, p. 38).

As marcas do racismo nas escolas se manifestam nos currículos e práticas pedagógicas. Em análise sobre o livro didático Da Silva (2005) afirma que, de modo geral, esse recurso ainda apresenta de forma simplificada os processos histórico-culturais de diversos segmentos sociais como indígena, negro, entre outros, contribuindo assim com a cristalização da ideologia do branqueamento que se alimenta de ideologias de inferioridade/superioridade racial, ou seja:

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos (Da Silva, 2005. p. 23).

Assim, a ideologia do branqueamento segue veiculada por diversas instituições, entre elas a escola (Lélia Gonzalez, 2020), e se reproduzindo pela negação ou ocultamento à cultura e saberes de povos não europeus (Munanga, 2005). Considerando suas articulações ideológicas presentes nas instituições educacionais, Gonzalez (2020) afirma que na escola as crianças são induzidas a acreditar que ser homem branco e burguês constitui o grande ideal a ser conquistado, e destaca a importância em se considerar os efeitos da rejeição, da vergonha, da perda de identidade e das altas taxas de evasão que esse tipo de ideologia promove.

Mesmo após mais de vinte anos da aprovação da lei nº 10.639/03 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e ampliou o debate acerca do racismo nas escolas, há um entendimento entre estudiosas e estudiosos das relações étnico-raciais sobre uma concretização parcial, do ponto de vista da prática, dessa legislação antirracista (Gomes, 2024). Assim, a “o

racismo segue sendo – com a marca da violência e da desumanização – o principal elemento estruturador do sistema de desigualdades que organiza a sociedade brasileira” (Ibirapitanga; Schucman, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos a partir da literatura sugerem a existência de uma articulação, nem sempre explícita e percebida pelos partícipes, entre o mito da democracia racial, a ideologia do branqueamento e a branquitude em instituições e em contextos escolares, principalmente, através da reprodução do eurocentrismo, da ideologia da meritocracia, nos mecanismos de “cordialidade” presentes nas relações sociais, na dificuldade do brasileiro em assumir seu preconceito e enxergar desigualdades raciais.

Vale ainda ressaltar, conforme apresentado neste estudo, as discrepâncias entre professores brancos e negros acerca da identificação do racismo, o que aponta para a necessidade de estudos sobre esse fenômeno acerca do legado material e simbólico do branco e o seu impacto nas desigualdades raciais reproduzidas em contexto escolar.

Conclui-se defendendo a relevância em pesquisar o racismo sob o enfoque da branquitude a fim de evidenciar acordos não verbalizados presentes em instituições escolares que acabam por reproduzir desigualdades, sendo essa, condição importante para o enfrentamento ao racismo. Transformar as relações de dominação que caracterizam a branquitude, exige que brancos a reconheçam e desmistifique ideologias que subalternizam populações negras.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray. BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Vozes, 2014.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CORDEIRO, Anderson dos Santos; PORTELA JÚNIOR, Aristeu; BOAES, Giovanni. **Branquitudes e relações raciais no Brasil**: apresentação do Dossiê. CAOS –

Revista Eletrônica de Ciências Sociais. João Pessoa, v. 2, n.33, jul./dez. 2024. p. 14-26.

DA SILVA, Ana Célia. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005. p. 21-37.

DIANGELO, Roberto; BENTO, Cida; AMPARO, Thiago. O branco na luta antirracista: limites e possibilidades. In: IBIRAPITANGA; SCHUCMAN, Lia Vainer. **Branquitude: diálogos sobre racismo e antirracismo**. 1 ed. São Paulo: Fósforo, 2023.

FUNDAÇÃO ITAÚ. **Sensação de acolhimento diminui conforme trajetória escolar**. Disponível em: <https://editor-ic-2022-midias.s3.sa-east-1.amazonaws.com/911d6a40-53de-4da3-ac33-3627c2657c3c-Dados%20Completo%20-%20Enfrentamento%20ao%20Racismo%20na%20Escola%20%283%29.pdf>. Acesso em: 09 out. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Dimensões provocativas e libertadoras da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: GOMES, Nilma Lino; ANDRÉ, Lázaro. (Orgs). **Africanidades brasileiras: o legado de Petronila Beatriz**. São Paulo: Fundação Santilana, 2024.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020.

IBIRAPITANGA; SCHUCMAN, Lia Vainer. **Branquitude: diálogos sobre racismo e antirracismo**. 1 ed. São Paulo: Fósforo, 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade**. Niterói: EdUFF, 2000. p. 15-34.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PINTO, Marcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra**. PePsic: Periódicos de psicologia. Vol.9, nº2. São João Del-Rei. Dez.2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082014000200011 Acesso em: 29 jun. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **A relação entre branquitude e privilégio**. Movimento Humaniza. Agosto, 2024. Acesso em: 23 ago. 2024. Disponível em: <https://www.humanizasc.com.br/post/a-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-branquitude-e-privil%C3%A9gio>.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.